



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Melhorar as regalias dos residentes no acesso à actividade de segurança privada

Os agentes das companhias de segurança de Macau, para além de manterem a ordem e a segurança nos espaços públicos, fazem a medição da temperatura corporal dos visitantes à entrada dos edifícios, verificam os códigos de saúde dos visitantes, mantêm a ordem no Centro de Aprendizagem e Exames de Condução, param os veículos nas fronteiras terrestres para efeitos de inspeção... No entanto, há também tarefas que estão fora do âmbito das suas atribuições, por exemplo, teoricamente, os agentes de segurança não possuem poderes para interceptar e inspeccionar veículos. Porém, eles interceptam e inspeccionam os veículos que circulam nas proximidades das fronteiras da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e das Portas do Cerco, entre outras. Entretanto, nos termos da Lei n.º 4 / 2007 (Lei da actividade de segurança privada) da RAEM, no âmbito do exercício da actividade de segurança privada é proibida a prática de actividades que tenham por objecto atribuições exclusivas das autoridades judiciárias ou policiais, nomeadamente, qualquer tipo de investigação criminal.

Por outro lado, o pessoal de segurança contratado pelo Governo para prestar serviços nas empresas de segurança ultrapassa também o âmbito das suas atribuições, por exemplo, o pessoal de segurança é obrigado a efectuar reparações nos serviços públicos e a mudar as lâmpadas, trabalhos que não estão relacionados



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

com a segurança e a manutenção da ordem. Isto deve-se ao facto de o Governo contratar pessoal das empresas de segurança privada com base no salário mínimo de Macau, que é de 6656 patacas, o que obriga as empresas a contratarem trabalhadores não residentes, dificultando a atracção de residentes para o sector da segurança.

Segundo os dados da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, entre Novembro de 2021 e Janeiro de 2022, a taxa de desemprego dos residentes locais já ultrapassava os 4,2 por cento. Por outro lado, de acordo com os dados estatísticos da Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL) sobre o número de trabalhadores não residentes por ramo de actividade, a média de trabalhadores não residentes no sector da segurança em 2021 e 2022 foi de 8500, e o número de trabalhadores no sector da segurança manteve-se, ao longo dos anos, superior a 10 000, ou seja, a percentagem de trabalhadores não residentes no sector da segurança é relativamente elevada.

Sendo assim, interpelo o Governo, solicitando que me sejam dadas respostas, de uma forma clara, precisa, coerente e em tempo útil, sobre o seguinte:

1. Actualmente, o Governo contrata pessoal das empresas de segurança privada com base no salário mínimo de Macau, que é de 6656 patacas, por isso, é difícil atrair residentes para o sector. De que mecanismos ou medidas dispõe o Governo da RAEM para garantir e aumentar, de forma prioritária, a taxa de emprego dos residentes no sector da segurança? Como garantir que as propostas apresentadas nos concursos públicos para a adjudicação das



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

empresas de segurança privada estão de acordo com a actual situação social, assim como os salários e regalias são suficientes para suportar o custo de vida dos residentes?

2. Actualmente, os agentes das companhias de segurança estão a exercer actividades que ultrapassam as suas atribuições originais, por exemplo, efectuar a interceptação e inspecção de veículos nas proximidades do posto fronteiriço da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e do posto fronteiriço das Portas do Cerco. De que medidas de optimização dispõe o Governo da RAEM para reforçar a fiscalização, por forma a garantir que as actividades exercidas pelos agentes de segurança estão dentro do âmbito da lei e das suas atribuições?
3. A Lei n.º 4/2007 (Lei da actividade de segurança privada) não é alterada há 15 anos. De que planos dispõe o Governo da RAEM para rever a lei em causa, a fim de a adaptar ao rápido desenvolvimento do sector da segurança e ao mesmo tempo proceder à fiscalização dessa actividade nos termos legais?

25 de Março de 2022

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Che Sai Wang